

de Serviços de Pesca Marítima e Relações Internacionais, na sequência de estágio profissional de ingresso na carreira;

1989 -1992: Requisitada na Escola Portuguesa de Pesca, com funções de técnico-adjunto especialista de 1ª classe da carreira de tradutor-correspondente-intérprete;

1986 -1989: Docência de língua portuguesa e francesa no Ensino Secundário.

15 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Despacho (extracto) n.º 3175/2008

Nos termos dos n.ºs. 8, 9, e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, por despacho do Director-Geral das Pescas e Aquicultura de 14 de Dezembro de 2007, foi nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Economia da Pesca, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Maria Teresa de Lima Barreto Guedes Machado Hintze Ribeiro.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

Curriculum Vitae

Nome: Maria Teresa de Lima Barreto Guedes Machado Hintze Ribeiro

Data de Nascimento: 19 de Fevereiro de 1950

Habilitações Literárias Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia (Universidade Técnica de Lisboa), concluída em 1975, com a média final de 14 valores.

Experiência Profissional:

Chefe de Divisão de Planeamento, da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, desde Maio de 1997 até à presente data, sendo responsável pela gestão e coordenação de todas as tarefas na área de Planeamento que incumbem à Divisão.

Merecem destaque os trabalhos desenvolvidos ao nível da preparação e elaboração dos planos e programas de investimento sectoriais, bem como o acompanhamento da execução material e financeira dos mesmos; as tarefas de análise de projectos de investimento no âmbito do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC); a coordenação das ajudas exclusivamente nacionais visando a aplicação das Linhas Directrizes para o sector das Pescas.

Técnica Superior na Direcção-Geral das Pescas, de Janeiro de 1983 até Maio de 1997, onde desempenhou funções no âmbito do Planeamento incumbindo-lhe nomeadamente, as tarefas de preparação e acompanhamento do Programa de Investimento e Despesa de Desenvolvimento da Administração Central, e ainda a análise de projectos de investimento candidatos a apoios financeiros no âmbito do PIDDAC.

Candidata Superior na ex-Direcção-Geral de Extensão Rural do Ministério da Agricultura, de Fevereiro de 1978 até Dezembro de 1982, onde desempenhou, entre outras, funções relacionadas com a análise dos apoios financeiros atribuídos no âmbito do PIDDAC e avaliação económico-financeira de Cooperativas Agrícolas.

De Novembro de 1976 a Janeiro de 1978, exerceu funções, primeiro como secretária Pessoal, e posteriormente de assessoria, na Secretaria de Estado do Fomento Agrário.

Formação Profissional:

Frequência do “Seminário de Alta Direcção”, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração — INA, bem como frequência de diversas acções de formação profissional na área de informática.

Outras Actividades Relevantes:

Representante da DGPA na Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo da Aplicação do Sistema de Financiamento do FEOGA- -Secção Garantia (CIFG).

15 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Despacho (extracto) n.º 3176/2008

Nos termos dos n.ºs. 8, 9, e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, por despacho do Director-Geral das Pescas e Aquicultura de 14 de Dezembro de 2007, foi nomeado para o cargo de

Chefe de Divisão de Recursos Internos, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o licenciado Edgar Alberto Vieira Afonso.

O nomeado possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

9 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda da Luz Guia*.

Curriculum Vitae

Edgar Alberto Vieira Afonso, nascido a 08/05/1967.

Habilitações: Assessor Principal, do quadro da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Licenciado em Biologia pela Universidade do Porto, ramo científico-tecnológico, especialização em ecologia e recursos zoológicos, com incidência na área de aquicultura e pescas, em 1990.

Experiência profissional: Ingressou na DGPA em 1991, onde exerceu funções, como técnico superior, na divisão da Frota e posteriormente, a partir de 1994, na Divisão de Aquicultura, Sal e Apanhas Marinhas, na análise de projectos de investimento.

Entre Setembro de 1991 e Setembro de 1993, no âmbito do Serviço Militar Obrigatório, como Oficial da Classe de Marinha da Reserva Naval, exerceu funções no Aquário Vasco da Gama, sendo responsável pela embarcação de arrasto e recolha de exemplares Albacora II.

De Junho de 1996 a Janeiro de 2000 exerceu funções no Instituto Português de Investigação Marítima, onde foi responsável pelo sector de macroalgas, realizando tarefas de avaliação e gestão de recursos, com funções de Chefe de Cruzeiros em diversos cruzeiros de investigação realizados no navio de investigação “Mestre Costeiro”.

De Janeiro de 2000 a Março de 2002 exerceu funções de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos, por substituição, tendo como principais funções a apresentação de propostas de medidas legislativas e processos de controlo tendentes a uma melhor gestão de recursos, acompanhamento dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos do sector.

De Março de 2002 a Março de 2007, exerceu funções de Chefe de Divisão na Divisão de Licenciamento e Controlo, tendo como principais funções a análise e emissão de licenças de pesca para embarcações, pescadores apeados e apanhadores, aquisições de embarcações, fretamentos, autorizações para abastecimento com cartão de gásóleo isento de ISP, gestão e registo de alterações no Ficheiro Frota, controlo da actividade de pesca e gestão e registo dos Diários de Pesca.

Foi nomeado, em 2003, Comissário Adjunto para a Comissão Baleeira Internacional, funções em que se mantém até à presente data.

Foi Delegado de Portugal em reuniões de Grupos de Política Interna e Grupos de Peritos, na Comissão Europeia, em assuntos da área da sua competência, como por exemplo, os Regulamentos de TAC's e Quotas, Medidas Técnicas, Pesca e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como Controlo da actividade de pesca e gestão e avaliação do Esforço de Pesca.

Despacho (extracto) n.º 3177/2008

Nos termos dos n.ºs. 8, 9, e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, por despacho do Director-Geral das Pescas e Aquicultura de 14 de Dezembro de 2007, foi nomeada para o cargo de Chefe de Divisão da Indústria Transformadora e Mercados, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Maria Manuela de Almeida Estudante Duarte.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

Curriculum Vitae

Nome: Maria Manuela de Almeida Estudante Duarte

Data de nascimento: 9 de Março de 1956

Formação académica:

Curso de Engenheiro Agrónomo, com especialidade em Indústrias Alimentares, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Aperfeiçoou a sua formação profissional em diversos cursos.

Experiência profissional:

Assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura:

Exerce, desde Março de 2007, em regime de substituição, as funções de chefe da Divisão da Indústria Transformadora e Mercados, da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Exerceu, de Maio de 1997 a Fevereiro de 2007 as funções de chefe da Divisão da Indústria Transformadora, da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Exerceu, de Setembro de 1995 a Abril de 1997, funções na Divisão de Estruturas de Comercialização e Transformação da ex Direcção-Geral das Pescas.

Exerceu, de Agosto de 1993 a Agosto de 1995, funções na Divisão de Aquicultura, Sal e Apanhas Marinhas da ex Direcção-Geral das Pescas.

Entre Janeiro de 1988 e Julho de 1993 exerceu as seguintes funções:

Consultora técnica no Gabinete do Porto e da Ponte, em Macau.

Assessora do Capitão dos Portos de Macau.

Exerceu, de Maio de 1983 a Dezembro de 1987, funções na Divisão de Sal, Apanhas e Culturas da ex Direcção-Geral das Pescas:

Exerceu, de Fevereiro de 1982 a Abril de 1983, funções na Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

15 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 3178/2008

Por despacho de 19-12-2007 do Director Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Manuel Coelho de Carvalho Azevedo Gomes, técnico

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalaço	Índice
Isilda Cruz Dias Galvão.....	Nomeação	Assistente administrativo...	Assistente administrativo especialista.	5	337

3 de Janeiro de 2007. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Despacho n.º 3179/2008

A nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, determinou, no seu artigo 21.º, n.º 2, alíneas a) e c), a extinção do Gabinete de Planeamento e Políticas Agro-Alimentares, do Auditor do Ambiente e do Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, e a integração das respectivas atribuições no Gabinete de Planeamento e Políticas, sendo que, e relativamente ao Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, essa integração abrangeu apenas a concepção da política de planeamento e ordenamento do espaço rural e da política de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

O Decreto Regulamentar n.º 6/2007, de 27 de Fevereiro, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do Gabinete de Planeamento e Políticas e identificou, no artigo 12.º, as respectivas atribuições.

Da aplicação do procedimento estabelecido no artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para os serviços objecto de fusão, resultou o apuramento de um número de postos de trabalho inferior ao número de efectivos existentes, conforme mapa anexo ao despacho conjunto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Considerando que a funcionária Maria Clara Ferreira Henriques Pires, assistente administrativa especialista, se encontrava na situação de requisitada no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Considerando que por despacho da signatária de 28 de Setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 11 de Outubro de 2007, foi aprovada a lista do pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, do Auditor do Ambiente e do Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, colocado em situação de mobilidade especial, nos termos do n.º 11 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Considerando que pelo meu despacho n.º 9/2007, de 28 de Setembro, foi reafectado o pessoal ao Gabinete de Planeamento e Políticas, em cumprimento do estatuído no n.º 7 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Considerando que foi dada por terminada a requisição da funcionária atrás referida, antes de decorrido um ano após a extinção do serviço de origem (ex-GPPAA);

superior principal da carreira de Engenheiro, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, nomeado definitivamente na categoria de assessor da mesma carreira e quadro de pessoal, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, considerando-se exonerado da categoria anterior, com efeitos a partir de 28-02-2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2007. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Rectificação n.º 215/2008

Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 21 de Dezembro de 2007, de p. 37 020 a p. 37 024, o despacho n.º 29 172/2007, rectifica-se que onde se lê «estabelecendo no seu artigo 11.º, n.º 1,» deve ler-se «estabelecendo no seu artigo 11.º, n.º 2,» e onde se lê «pelos meus despachos n.ºs 34/GDR/2007 a 242/GDR/2007, de 27 de Novembro,» deve ler-se «pelos meus despachos n.ºs 34/GDR/2007 a 241/GDR/2007 e 242/GDR/2007, de 27 de Novembro e de 29 de Novembro, respectivamente,».

É ainda acrescentada à lista nominativa do pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, colocado em situação de mobilidade especial, anexa àquele despacho e do qual faz parte integrante, a seguinte funcionária:

Determino, ao abrigo das disposições conjugadas previstas no n.º 13.º do artigo 13.º e n.º 13 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que a funcionária Maria Clara Ferreira Henriques Pires, com a categoria de assistente administrativa especialista, seja colocada em situação de mobilidade especial, no termo da sua requisição, ou seja, em 1 de Fevereiro de 2008.

10 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta*.

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 3084/2008

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por meu despacho de 14 de Janeiro de 2008, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau (director de serviços) do Departamento de Estruturas Vitícolas do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I. P.), nos seguintes termos:

1 — Área de actuação do cargo a prover — compete ao director do Departamento de Estruturas Vitícolas a gestão das atribuições definidas no artigo 2.º da Portaria n.º 219-H/2007, de 29 de Fevereiro, bem como a direcção e coordenação da unidade orgânica flexível dependente do Departamento (Sector de Ordenamento e Gestão do Potencial Vitícola).

2 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

a) Ser funcionário público, licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo do cargo a prover;

b) Ser detentor de seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

3 — Perfil exigido — pretende-se que os candidatos possuam:

a) Experiência profissional comprovada na área funcional do cargo a prover;

b) Domínio técnico profundo da área de actuação;